

Avaliação de impacto da universidade na sociedade: um *framework* a partir das contribuições teóricas de McCowan*

Assessing the impact of universities on society: a framework based on McCowan's theoretical contributions

Evaluación del impacto de la universidad en la sociedad: un marco basado en las contribuciones teóricas de McCowan

Regina Célia Linhares Hostins**

 <https://orcid.org/0000-0001-8676-2804>

Luana Murara Rodrigues***

 <https://orcid.org/0000-0001-7663-0381>

Adriana Gomes Alves****

 <https://orcid.org/0000-0001-8960-6006>

Resumo: Este artigo, de natureza teórica, tem como objetivo discutir os desafios e as possibilidades de avaliação do impacto das universidades na sociedade e propor um *framework* a partir das contribuições teóricas de Tristan McCowan. Do ponto de vista metodológico, busca-se sistematizar categorias analíticas presentes em estudos do autor, publicados entre 2014 e 2025, abrangendo a anatomia da universidade, os elementos constitutivos e estágios do impacto e os riscos associados à “agenda de impacto”. Como resultado, apresenta-se uma representação visual do *framework*, que evidencia o caráter normativo, relacional, processual e contextual do impacto na universidade. Conclui-se que a abordagem proposta pelo autor busca superar relações lineares de causalidade e métricas padronizadas de avaliação do impacto ao apoiar-se na análise da função da universidade, do seu grau de porosidade na interação com a sociedade, das temporalidades e dos valores que orientam a atuação institucional. O *framework* constitui uma proposta aberta e adaptável para apoiar práticas avaliativas críticas, éticas e contextualizadas do impacto.

Palavras-chave: Avaliação de impacto. Ensino Superior. Universidade e sociedade.

* Esta pesquisa integra um projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). A segunda autora é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC). Ademais, as autoras expressam seus sinceros agradecimentos ao professor Tristan McCowan, cuja obra e pensamento constituíram referência essencial para o desenvolvimento deste estudo. Seu rigor teórico e compromisso ético com a educação inspiraram a formulação das ideias aqui apresentadas.

** Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Doutora em Educação. E-mail: <reginalh@univali.br>.

*** Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Doutoranda em Educação. E-mail: <luanamurara@gmail.com>.

**** Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Doutora em Educação. E-mail: <adriana.alves@univali.br>.

Abstract: This theoretical article aims to discuss the challenges and possibilities involved in assessing the impact of universities on society and to propose a framework based on Tristan McCowan's theoretical contributions. Methodologically, it systematizes analytical categories drawn from the author's studies published between 2014 and 2025, encompassing the anatomy of the university, the constituent elements and stages of impact, and the risks associated with the "impact agenda." As a result, the article presents a visual representation of the framework, highlighting the normative, relational, process-based, and context-dependent nature of university impact. The study concludes that the approach proposed by the author seeks to move beyond linear causal relationships and standardized impact assessment metrics by drawing on an analysis of the university's functions, its degree of porosity in its interaction with society, the temporalities involved, and the values that guide institutional practices. The framework offers an open and adaptable approach to supporting critical, ethical, and context-sensitive impact assessment practices.

Keywords: Impact assessment. Higher Education. University and society.

Resumen: Este artículo, de carácter teórico, tiene como objetivo discutir los desafíos y las posibilidades de evaluar el impacto de las universidades en la sociedad y proponer un marco basado en las contribuciones teóricas de Tristan McCowan. Desde el punto de vista metodológico, se sistematizan categorías analíticas presentes en estudios del autor publicados entre 2014 y 2025, que abarcan la anatomía de la universidad, los elementos constitutivos y las etapas del impacto, así como los riesgos asociados a la "agenda de impacto". Como resultado, se presenta una representación visual del marco, que pone de relieve el carácter normativo, relacional, procesual y contextual del impacto universitario. Se concluye que el enfoque propuesto por el autor busca superar las relaciones lineales de causalidad y las métricas estandarizadas de evaluación del impacto mediante el análisis de las funciones de la universidad, de su grado de porosidad en la interacción con la sociedad, de las temporalidades implicadas y de los valores que orientan la actuación institucional. El marco constituye una propuesta abierta y adaptable para apoyar prácticas de evaluación del impacto críticas, éticas y contextualizadas.

Palabras clave: Evaluación de impacto. Educación Superior. Universidad y sociedad.

Universidade e sociedade: contexto e desafios contemporâneos

A universidade tem ocupado historicamente um papel estratégico no desenvolvimento das sociedades, sendo responsável não só pela formação de profissionais, mas também pela produção de conhecimento, inovação científica e intervenção crítica nos rumos sociais, culturais, políticos e ambientais. Todavia, nas últimas décadas, tem-se intensificado o debate sobre o impacto das ações universitárias em face das múltiplas e crescentes demandas sociais, bem como sobre os critérios e as metodologias utilizadas para avaliar esse impacto.

No contexto de crescente pressão por resultados mensuráveis e alinhamento às agendas econômicas globais (Ball, 2012), observa-se a emergência de uma "agenda de impacto" que, frequentemente, tende a reduzir a contribuição das universidades a indicadores quantitativos, como indicadores de inserção no mercado de trabalho, produção tecnológica e produção bibliográfica. Essa lógica, ainda que promova uma certa responsabilização institucional, impõe riscos à missão transformadora da universidade, sobretudo em países do Sul Global, nos quais os desafios sociais demandam respostas complexas, interdisciplinares e contextualizadas.

No cenário mundial e particularmente no Brasil, essa discussão se torna ainda mais relevante dada a crescente desvalorização ou desqualificação da universidade e seu papel social na relação com a sociedade. A adoção de modelos de avaliação que priorizam a produtividade acadêmica e, sobretudo, os retornos econômicos imediatos, por meio de "tecnologias de performatividade, liderança e empreendedorismo", revela novas formas de "mudança de governo para governança", de "empreendedorismo de políticas" e de organizações públicas (Ball, 2014, p. 37-38), as quais interferem na função, no valor e na interação da universidade com a sociedade.

Nessa perspectiva, a universidade tem sido pressionada a incorporar princípios e linguagens de governança para a autoavaliação da sua *performance*.

McCowan (2016, 2017) denomina esse processo de comoditização (*commodification*) da universidade. Trata-se da conversão do conhecimento produzido, transmitido ou aplicado por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão em produto passível de comercialização, disponibilizado com o propósito de geração de renda e, potencialmente, lucro. Sob essa diretriz, intensificam-se as pressões pela ampliação da prestação de serviços remunerados como forma de manutenção da sustentabilidade financeira institucional.

Historicamente, a atuação das universidades brasileiras, especialmente das universidades públicas e comunitárias, tem sido fundamental na construção de políticas sociais, na ampliação do acesso ao Ensino Superior e na produção de conhecimento alinhado às necessidades do país. Ainda assim, os instrumentos de avaliação institucional adotados no processo histórico de modelações e remodelações das políticas, como as de avaliação do Ensino Superior e da pós-graduação, por exemplo, nem sempre capturam a diversidade e a profundidade do impacto gerado por essas instituições em seus territórios de atuação.

Em oposição às abordagens de governança que associam impacto a métricas quantitativas e resultados de curto prazo, como empregabilidade, patentes ou retorno econômico, McCowan (2016, 2018)¹ propõe uma abordagem crítica, na qual o impacto deve ser entendido como um fenômeno complexo, normativo, processual e relacional. Como afirma o autor, “[...] o impacto não é uma questão técnica isenta de problemas, mas sim uma questão enraizada em valores e políticas” (McCowan, 2018, p. 286, tradução própria). Para ele, a avaliação do impacto não é neutra, nem universal, pois envolve escolhas éticas e políticas sobre o que se considera desejável e para quem.

Mais do que resultados mensuráveis, o impacto da universidade deve ser compreendido como sua capacidade de produzir transformações duradouras e socialmente relevantes, a partir de suas múltiplas funções e formas de interação com a sociedade. Nessa perspectiva, o autor rejeita modelos avaliativos que pressupõem uma relação linear entre produção acadêmica e efeitos sociais diretos. Para McCowan (2018), os impactos são muitas vezes indiretos, imprevisíveis e de longo prazo, o que torna inadequada sua mensuração por métricas padronizadas, lógica que tende a valorizar áreas tecnológicas e aplicadas, em detrimento de campos como humanidades, artes, pesquisa de base e formação crítica.

Como alternativa, McCowan (2018) propõe o conceito de “impacto intrínseco generativo”, que reconhece o valor de práticas acadêmicas que, mesmo sem finalidade imediata ou aplicação direta, podem gerar efeitos significativos em outros contextos e tempos. Ele defende “[...] a ideia de que atividades no ensino superior que são internamente valiosas também podem gerar efeitos que são valiosos em outros contextos, e de maneiras que não são imediatamente previsíveis ou atribuíveis” (McCowan, 2018, p. 292, tradução própria).

¹ O referencial teórico-metodológico defendido por Tristan McCowan é objeto central de discussão neste artigo, em razão de sua significativa experiência nos estudos sobre a Educação Superior, em particular sobre o impacto da universidade na sociedade. Tristan é professor de Educação Internacional na *University College of London*, no *International Development Centre* (LIDC), e suas pesquisas estão direcionadas à Educação Superior no contexto internacional, especialmente às questões de acesso, qualidade e equidade. O pesquisador tem atuado em uma ampla gama de contextos, particularmente na América Latina e na África Subsaariana, com projetos de investigação centrados na pedagogia do Ensino Superior, na avaliação de impacto da universidade, nos destinos de pós-graduação e no bem público. Atualmente, ele lidera o projeto multinacional GCRF Climate-U (Transformando Universidades para um Clima em Mudança).

Essa concepção resgata a função social e política da universidade e valoriza suas contribuições não apenas pelos resultados visíveis que produz, mas pela qualidade ética e crítica de suas práticas. O impacto, nesse sentido, passa a ser analisado com base em processos, contextos e valores. Do seu ponto de vista, o impacto da universidade é considerado um fenômeno ético, multidimensional e situado, cuja avaliação exige critérios político-valorativos e sensibilidade às realidades sociais, indo além da mensuração tradicional e contribuindo para a função transformadora da universidade.

Em face do cenário anunciado, neste artigo, discutem-se os desafios e as possibilidades de avaliação do impacto das universidades na sociedade, na perspectiva teórico-metodológica e crítica proposta por Tristan McCowan. Nesse sentido, propõe-se uma análise das possibilidades metodológicas para avaliar o impacto das universidades para além da lógica tecnocrática que ainda predomina nas práticas avaliativas.

A partir das problematizações e proposições defendidas por McCowan, propõem-se uma atualização e uma representação visual do *framework* de avaliação de impacto da universidade, fundamentadas na sua produção sobre *The Impact of Tertiary Education on Development* (Oketch; McCowan; Schendel, 2014), *Universities and the Post-2015 Development Agenda* (McCowan, 2016), *Five Perils of the Impact Agenda in Higher Education* (McCowan, 2018), *O impacto das universidades nas mudanças climáticas: um enquadramento teórico* (McCowan, 2020) e *Universities and Climate Action* (McCowan, 2025).² Trata-se de uma estrutura sistematizada que reúne categorias analíticas, critérios e elementos extraídos diretamente de suas proposições, com o objetivo de orientar a aplicação e apoiar o desenvolvimento de formas mais amplas e contextualizadas de avaliação. Ressalta-se que o *framework* apresentado por McCowan e aqui atualizado não pretende ser uma ferramenta fechada ou normativa, mas uma proposta flexível e aberta, que pode ser reelaborada conforme diferentes realidades institucionais e finalidades avaliativas.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, desenvolvida a partir da análise e da sistematização de literatura científica publicada. Por não envolver participantes humanos nem coleta ou tratamento de dados pessoais, o estudo não demandou submissão a Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). No desenvolvimento do estudo, foram observados os princípios de integridade acadêmica, com respeito à autoria e às fontes utilizadas.

No processo de revisão do manuscrito, utilizou-se o ChatGPT, ferramenta de inteligência artificial generativa desenvolvida pela OpenAI, como recurso de apoio ao aprimoramento da redação acadêmica, à revisão linguística, à tradução e à adequação textual às recomendações dos pareceristas e às normas editoriais da revista. A ferramenta não foi utilizada na produção ou na análise de dados, nem substituiu a análise teórica e interpretativa realizada pelas autoras. O conteúdo sistematizado por essa ferramenta foi submetido à revisão crítica das autoras, que assumem integral responsabilidade pela versão final do manuscrito.

Para compreender a complexa relação entre universidade, desenvolvimento e seus impactos

A associação entre Educação Superior e crescimento social tem sido reforçada por discursos de organismos internacionais e de políticas públicas, que tendem a assumir uma visão

² Em tradução livre, os títulos em inglês, na ordem em que aparecem, correspondem a: “O impacto da educação terciária no desenvolvimento”; “Universidades e agenda de desenvolvimento pós-2015”; “Cinco perigos da agenda de impacto no Ensino Superior”; e “Universidades e ação climática”.

instrumental da universidade como produtora de conhecimento transformado em mercadoria, de capital humano empreendedor e de desenvolvimento econômico lucrativo. Exemplo disso têm sido muitas das políticas reproduzidas globalmente por organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e por outras organizações vinculadas ao *edu-business* (empresas educacionais), que apresentam soluções de empreendimento social para problemas educacionais, com o propósito de “[...] neoliberalizar o setor público e as suas instituições” (Ball, 2014, p. 74). No entanto, essa concepção, presente em diversas agendas institucionais, é limitada e excludente, pois ignora a pluralidade de funções da universidade e os múltiplos sentidos atribuídos ao próprio conceito de desenvolvimento.

McCowan (2016), ao discutir a relação entre Educação Superior e desenvolvimento, propõe uma crítica à visão economicista que prevalece nas políticas educacionais contemporâneas. Segundo o autor, o desenvolvimento não pode ser reduzido a indicadores de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou à formação de mão de obra qualificada para o mercado. Ele defende uma abordagem mais ampla, inspirada na perspectiva do desenvolvimento humano e da justiça social, que considere dimensões políticas, culturais, ambientais e éticas. Nessa perspectiva, a universidade é entendida como uma instituição que não apenas contribui para o progresso técnico-científico, mas que também exerce um papel crítico e reflexivo diante das desigualdades sociais e das contradições do próprio modelo de desenvolvimento.

A crítica apontada por McCowan também tem sido discutida por outros autores no contexto internacional e, particularmente, no contexto brasileiro, os quais alertam para os riscos de uma universidade subordinada às lógicas de mercado, orientada por critérios de produtividade e competitividade em detrimento de sua função social. Santos (2005), por exemplo, aponta os perigos da subordinação da universidade a racionalidades neoliberais, que esvaziam seu papel emancipatório e sua capacidade de dialogar com os saberes populares e os desafios sociais. Dagnino (2014), por sua vez, defende uma política de ciência e tecnologia social que reposicione a universidade como espaço de produção de conhecimento comprometido com as demandas da maioria da população. Frigotto (2010) e Leher, Vitória e Motta (2017) também denunciam o avanço de uma lógica produtivista e gerencial que compromete a autonomia universitária e empobrece o horizonte político e ético da Educação Superior.

No Brasil, a expansão da Educação Superior, sobretudo a partir da década de 2000, foi acompanhada por tensionamentos entre as políticas de democratização do acesso e as de consolidação de modelos avaliativos que privilegiam a produtividade acadêmica, a internacionalização e o impacto econômico. Tais diretrizes, embora relevantes em certos aspectos, nem sempre dialogam com as realidades locais, com as urgências das populações vulnerabilizadas ou com os desafios de um país tão desigual.

O diálogo entre os autores evidencia a necessidade de um modelo de avaliação do impacto das universidades respaldado em um projeto comprometido com a transformação da realidade social, que evidencie a capacidade da universidade de produzir transformações duradouras e socialmente relevantes, como afirma McCowan (2016). Para a compreensão da concepção que orienta esse projeto, é importante discutir como essas instituições funcionam internamente e de que modos suas ações se manifestam na sociedade. Diante disso, McCowan (2020) propõe uma visão “anatômica” das universidades, quer dizer, uma reflexão sobre os principais componentes que integram sua estrutura funcional, a fim de analisar com maior precisão seus potenciais impactos.

Segundo o autor, as universidades não são entidades monolíticas, mas, sim, organizações multifuncionais, compostas por diferentes esferas de atuação. Essa pluralidade exige que qualquer

tentativa de avaliar seu impacto considere suas múltiplas dimensões e modalidades operacionais. Desse modo, McCowan (2020) identifica cinco formas principais de atuação universitária (dimensões/pilares): 1. Dimensão da educação, função mais proeminente da universidade, que diz respeito ao papel da universidade como espaço de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal, cívico e profissional; 2. Dimensão da produção do conhecimento, que, diferentemente da função educativa, não se dedica à transmissão ou facilitação do conhecimento, mas à sua geração, englobando a pesquisa científica, a inovação e o desenvolvimento tecnológico; 3. Dimensão da prestação de serviços, considerada um dos pilares menos claramente definidos da universidade. Trata-se da dimensão que conecta a universidade diretamente às comunidades externas, englobando ações de extensão, de serviço público, de envolvimento com a comunidade ou atividades de terceiro fluxo; 4. Dimensão do debate público e da disseminação de ideias. Trata-se de uma função que envolve a universidade como agente ativo na construção de narrativas sociais, políticas e culturais, podendo ocorrer por meio da divulgação de resultados de pesquisas ou da participação direta da instituição na mídia; 5. Dimensão da operação do *campus*, que trata da própria gestão e do funcionamento da universidade como organização social: suas práticas de contratação, infraestrutura, governança, sustentabilidade e responsabilidade institucional.

Em publicação mais recente, McCowan (2025) retoma essas cinco modalidades e enfatiza que sua análise não deve ocorrer de forma isolada, mas considerar também as interações estabelecidas entre elas e os impactos produzidos para além da universidade. Essa perspectiva reforça a compreensão da instituição como uma configuração articulada de atividades, na qual educação, produção de conhecimento, prestação de serviços, debate público e operações do *campus* podem estabelecer diferentes relações entre si, produzindo efeitos que não decorrem necessariamente de uma única modalidade.

Além de identificar essas cinco formas de atuação da universidade, McCowan (2020) propõe que a atuação das universidades pode ser compreendida a partir de duas funções distintas, que devem ser consideradas na avaliação de impacto: 1. a função projetiva, que diz respeito à atuação da universidade como agente de preparação para a vida fora de seus muros; 2. a função expressiva, que reconhece a universidade como uma arena social com valor intrínseco, independentemente de seus efeitos externos.

A função projetiva compreende a instituição de ensino como “[...] um ponto de passagem, um campo de treinamento de preparação para a vida real e para o que espera além dela” (McCowan, 2020, p. 7). Essa perspectiva compreende o impacto universitário como algo intencional e direcionado ao exterior, operando como meio de inserção e transformação social por meio da formação de indivíduos, da difusão de conhecimentos e da atuação em contextos profissionais e institucionais.

A função expressiva, por sua vez, considera as universidades como arenas da sociedade por direito próprio, “[...] espaços em que habilidades, conhecimentos e valores estão sendo utilizados e adquiridos, e nos quais há interações e dinâmicas humanas significativas” (McCowan, 2020, p. 7). Essa função enfatiza a vivência institucional como forma de impacto, considerando as práticas internas, as relações humanas e os processos formativos que ocorrem dentro da própria universidade como expressões legítimas de contribuição social.

Assim, ao avaliar o impacto das universidades na sociedade, é fundamental considerar tanto os efeitos projetados para fora da instituição quanto os que emergem de sua própria organização e do seu funcionamento interno. Desse modo, entende-se que nem todo impacto é intencional e que aspectos muitas vezes desconsiderados, como políticas de diversidade, práticas ambientais no

campus ou estruturas de poder institucionais, também podem surtir efeitos amplos e duradouros na sociedade.

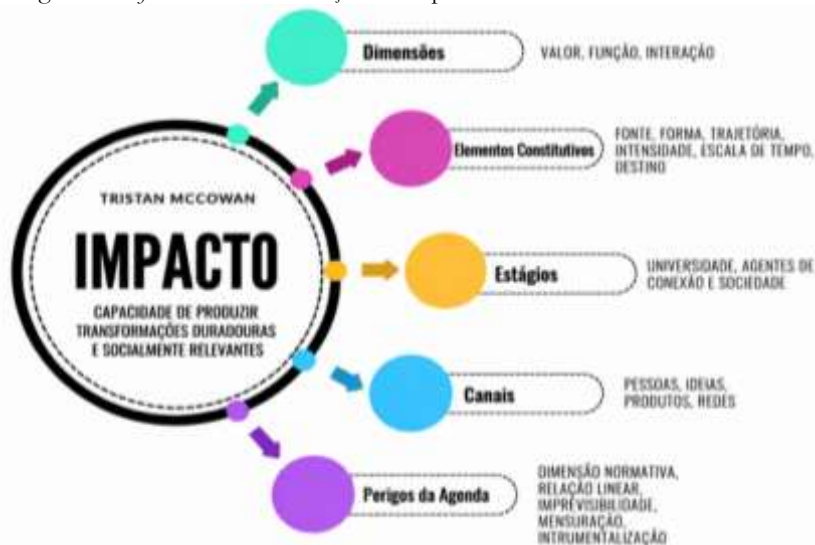
Em face da visão defendida por McCowan, torna-se possível enxergar a universidade como uma instituição complexa, cujos impactos decorrem tanto de suas ações explícitas quanto de suas configurações internas, o que reforça a necessidade de modelos de avaliação que sejam capazes de capturar essa complexidade, superando a ênfase exclusiva em indicadores de produtividade científica ou de inserção econômica.

Avaliação do impacto da universidade: uma proposição

No conjunto das políticas de avaliação do Ensino Superior no contexto brasileiro, notadamente na pós-graduação, a ideia de impacto institucional tem sido frequentemente vinculada a resultados objetiváveis, o que tende a desvalorizar processos mais complexos e de longo prazo, como a formação de pensamento crítico, o fortalecimento da cidadania ou a atuação em prol da justiça ambiental. Essa perspectiva mostra-se limitada diante da complexidade e do caráter multifacetado da relação entre universidade e sociedade, cujos efeitos não se restringem às atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas alcançam diferentes dimensões da vida social, econômica, institucional e política. Além disso, esses efeitos nem sempre podem ser atribuídos a uma única função universitária, uma vez que podem resultar da articulação entre diferentes atividades institucionais (Corazza *et al.*, 2024).

Com essa mudança conceitual e operacional, certamente amplia-se a compreensão sobre a atuação da universidade, tanto na graduação quanto na pós-graduação, na sociedade, com inserção expressiva de indicadores extra-acadêmicos e suas redes de conexão com diferentes segmentos, o que é esperado da função da universidade (Oliveira; Stecanela; Boufleuer, 2023). Todavia, na concepção dos autores, a ampliação do escopo de avaliação aumenta significativamente a complexidade dos processos de registro, produção e comprovação dos dados empíricos pela universidade, considerando a diversidade das fontes requeridas pela política de avaliação.

Tendo por horizonte essa compreensão, apresenta-se, na Figura 1, um *framework* integrado de avaliação do impacto da universidade na sociedade, elaborado a partir da articulação das contribuições de McCowan e representado em forma de diagrama, de modo a evidenciar as categorias analíticas, os critérios e as relações entre seus elementos. Sua proposição parte da compreensão de que *frameworks* constituem mapas analíticos que permitem apreender relações complexas, identificar lacunas e orientar a análise, sem a pretensão de abarcar todas as dimensões do fenômeno observado (McCowan, 2025).

Figura 1– Diagrama do *framework* de avaliação de impacto da universidade com base em McCowan

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos estudos de McCowan (2016, 2018, 2020, 2025) e Oketch, Mccowan e Schendel (2014).

Como se observa, o *framework* atualizado leva em conta as dimensões valor, função e interação, que constituem a anatomia da universidade, os elementos constitutivos do impacto e suas etapas, os canais envolvidos e os riscos associados à agenda de avaliação. Nos itens que seguem, busca-se discutir cada um dos critérios e dos elementos de composição do *framework* apresentado.

As dimensões que configuram a anatomia da universidade: valor, função e interação

Uma indagação que merece ser discutida como ponto de partida para a avaliação do impacto é: De que forma a universidade se organiza, com que valores opera e de que maneira interage com seu entorno social? Essa indagação supõe, na concepção de McCowan (2016), um enquadramento analítico baseado em três componentes estruturantes da instituição universitária: valor, função e interação. Mais do que uma classificação formal, trata-se de uma estrutura conceitual que permite compreender como o impacto é gerado, orientado e distribuído a partir do modo de ser e agir da universidade.

O valor diz respeito à base normativa e axiológica que justifica a existência da universidade e orienta sua atuação. É a pergunta usualmente inscrita na sua missão e visão institucional: “Por que a universidade existe?”. Diferentes modelos institucionais baseiam-se em diferentes valores, como a busca pelo bem público, a promoção da justiça social, o crescimento econômico ou a excelência acadêmica em termos competitivos. A forma como uma universidade compreende seu propósito molda diretamente as decisões sobre currículo, pesquisa, alocação de recursos e prioridades institucionais. O impacto, nessa perspectiva, deve ser avaliado considerando se os efeitos gerados estão coerentes com o valor declarado pela instituição.

McCowan (2016) identifica dois tipos principais de valor: intrínseco e instrumental. O valor intrínseco compreende o conhecimento como um fim em si mesmo, sem justificativa adicional: a universidade é vista como espaço da investigação e da reflexão crítica. O valor instrumental, por sua vez, associa o conhecimento à sua capacidade de gerar retornos práticos, com contribuições para objetivos individuais e sociais, bem como para interesses de natureza econômica, política ou cultural. Essas formas de valor podem coexistir em uma mesma instituição, mas a forma como são hierarquizadas tem implicações diretas na natureza do impacto produzido. A partir dessa distinção

e considerando a perspectiva crítica do autor acerca da função social da universidade, incorpore-se, como desdobramento interpretativo, a noção de valor transformador, associada à produção de conhecimento comprometido com a emancipação, a justiça social e a transformação da realidade.

A segunda dimensão analítica refere-se à função da universidade, compreendida como o conjunto das atividades efetivamente desenvolvidas e a forma como são institucionalmente organizadas. O autor destaca que a “tríade” ensino, pesquisa, engajamento comunitário ou extensão não esgota as atividades específicas realizadas ou as formas pelas quais se podem compreender essas atividades. Além de sua função formadora, as universidades configuram-se como importantes repositórios de saber, atuando na tradução, interpretação e sistematização de produções intelectuais. Elas se constituem, também, como espaços privilegiados de reflexão crítica e debate sobre a sociedade e as políticas. Ademais, as universidades cumprem um papel relevante na oferta de serviços à comunidade, como atendimentos em saúde, disponibilização de ambientes para encontros comunitários e corporativos, uso de instalações esportivas e promoção de eventos culturais. Para muitos estudantes, a universidade representa ainda um ambiente de sociabilidade, lazer e vivência cultural, contribuindo para sua formação integral.

O terceiro componente, chamado “interação”, diz respeito à forma como a universidade interage com o mundo externo, considerando seu grau de porosidade institucional em relação à sociedade. McCowan (2016) defende que as universidades são “porosas” ao mundo exterior e propõe uma análise que considera tanto o fluxo de pessoas e ideias para dentro da universidade quanto sua capacidade de projetar conhecimento, práticas e valores para fora.

Três formas de interação são identificadas por McCowan (2016): unidirecional, quando a universidade transmite saberes à sociedade; bidirecional, quando há troca efetiva entre universidade e comunidade; e cocriação, quando os conhecimentos são construídos coletivamente, em processos colaborativos entre academia e sociedade. A forma de interação impacta diretamente a legitimidade e a profundidade dos efeitos produzidos. Instituições fechadas, com baixa porosidade, tendem a gerar impactos restritos e pouco contextualizados, enquanto aquelas que promovem cocriação de saberes e escuta ativa das demandas sociais contribuem para transformações mais significativas e democráticas.

Essa abertura, contudo, não pressupõe que níveis crescentes de porosidade sejam necessariamente desejáveis. Quando as fronteiras entre universidade e sociedade se tornam excessivamente permeáveis, a interação pode assumir a forma de hiperporosidade, reduzindo o espaço institucional para a reflexão crítica e comprometendo a autonomia acadêmica (McCowan, 2018). Nesse cenário, a universidade pode tornar-se excessivamente responsiva às demandas externas, inclusive econômicas e mercadológicas, aproximando-se do risco de instrumentalização. Essa tensão é particularmente relevante no caso das universidades comunitárias, que, como discutem Stecanela e Hostins (2022), enfrentam desafios identitários decorrentes da necessidade de conciliar sua finalidade pública e comunitária com pressões de sobrevivência em um contexto marcado pela mercantilização da educação. O Quadro 1 sintetiza os três componentes analíticos propostos pelo autor.

Quadro 1 – Componentes analíticos da anatomia da universidade conforme McCowan (2016)

Componente	Descrição
Valor	O que justifica a existência da universidade: valor intrínseco (conhecimento como fim em si) e valor instrumental (conhecimento como meio prático).
Função	O que e como a universidade desenvolve suas atividades e operações institucionais: ensino, pesquisa, extensão, engajamento social e governança interna. Como essas funções são articuladas, financiadas e praticadas.
Interação	Qual o grau de porosidade da universidade na interação com a sociedade: unidirecional (transmissão), bidirecional (troca) ou cocriativa (produção conjunta de conhecimento com grupos sociais).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em McCowan (2016).

A articulação desses três componentes possibilita analisar o impacto universitário não apenas pelos seus produtos, mas pelos processos institucionais que o originam, permitindo uma compreensão mais ampla e crítica do impacto, superando modelos centrados em produtividade, *rankings* ou métricas de desempenho.

Os elementos constitutivos do impacto

McCowan (2018) alerta que, embora o impacto seja uma dimensão legítima da atuação universitária, a maneira como ele vem sendo conceituado e operacionalizado pelas políticas institucionais apresenta alguns riscos. A crescente pressão sobre as universidades para demonstrar impacto social, econômico e científico tem levado à consolidação de uma agenda de impacto que, apesar de aparentemente positiva, carrega implicações ligadas à lógica da *accountability* e da gestão por resultados, a qual gera significativos problemas para a missão institucional e a autonomia acadêmica.

Para sustentar sua crítica, o autor propõe uma estrutura analítica composta por seis elementos constitutivos do impacto: a fonte, entendida como quem ou o que gera o impacto; a forma, que se refere aos tipos de impacto (econômico, político, social etc.); a trajetória, ou os caminhos pelos quais o impacto se manifesta; a intensidade, que diz respeito à profundidade ou magnitude; a escala de tempo, que pode variar de efeitos imediatos a transformações que levam décadas; e o destino, que remete a quem efetivamente recebe os benefícios ou os efeitos negativos do impacto produzido. O Quadro 2 descreve os seis elementos constitutivos do impacto, reunindo as ideias centrais de forma sintética.

Quadro 2 – Elementos constitutivos do impacto (McCowan, 2018)

Elementos	Descrição
Fonte	De onde o impacto se origina: um acadêmico, uma equipe de pesquisa, a universidade como um todo, ou sistema nacional.
Forma	Qual forma que o impacto assume: econômico, social, cultural, político, tecnológico, conceitual.
Trajétória	Qual o caminho percorrido pelo impacto: disseminação, ensino, patentes, políticas públicas, mídia.
Intensidade	Qual a profundidade do impacto: mudanças pequenas em muitos lugares ou grandes em poucos lugares.
Escala de tempo	Qual o tempo necessário para o impacto ocorrer: imediato, curto, longo prazo ou intergeracional.
Destino	Quem recebe o impacto: comunidades locais, governos, grupos marginalizados ou população global.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em McCowan (2018).

Os estágios do impacto

Em sua proposta teórica, McCowan (2020) propõe um modelo de análise articulado em estágios sequenciais e interconectados que, embora tenha sido originalmente formulado para tratar do impacto das universidades nas mudanças climáticas, oferece um referencial aplicável também à avaliação social, pois demonstra os caminhos pelos quais os efeitos da universidade se manifestam para além de seus limites institucionais.

O modelo original é composto por quatro estágios interdependentes: 1) Universidade; 2) Agentes de conexão; 3) Sociedade; 4) Ecosfera. Neste artigo, porém, considera-se apenas o percurso que compreende os três primeiros estágios, quais sejam: universidade, agentes de conexão e sociedade, como base para analisar os caminhos do impacto universitário na sociedade. Em formulação mais recente, McCowan (2025) explicita também a existência de fluxos de retorno, pelos quais a sociedade exerce efeitos sobre a universidade. Desse modo, os estágios não devem ser compreendidos como uma cadeia causal estritamente unidirecional, mas como parte de uma relação dinâmica, na qual os efeitos circulam entre universidade e sociedade. O modelo apresentado permite mapear o percurso do impacto desde sua origem até suas manifestações finais na sociedade, considerando a complexidade dos fluxos, dos sujeitos e das temporalidades envolvidos.

O primeiro estágio refere-se à própria universidade e às atividades que se originam no interior da instituição. Estas envolvem tanto as ações dos indivíduos que a compõem, como professores, estudantes e funcionários, quanto as ações institucionais propriamente ditas, como estruturas organizacionais, políticas administrativas, investimentos e a forma como a universidade administra seu impacto ambiental direto. Trata-se, portanto, do ponto de partida do impacto, a partir do qual são geradas as iniciativas que potencialmente se estenderão à sociedade.

No segundo estágio, o impacto se desloca da universidade para o ambiente social por meio dos chamados agentes de conexão, indivíduos ou grupos externos que mantêm ou mantiveram vínculos diretos com a instituição. O papel desses agentes é duplo: eles recebem o impacto da ação universitária e, também, o amplificam, funcionando como canais que transportam saberes, valores e práticas para outros setores da sociedade.

O grupo mais numeroso e evidente desses agentes é formado pelos egressos. Contudo, os agentes de conexão não se limitam aos egressos, de modo que McCowan (2025) aponta que as universidades também estabelecem contato direto com comunidades externas, tais como empresas, órgãos governamentais e membros da sociedade civil, principalmente por meio de atividades de pesquisa e extensão. Essas relações se concretizam em formatos diversos, como consultorias, elaboração de relatórios, parcerias em projetos, destacamento de profissionais e prestação de serviços.

O terceiro estágio corresponde à sociedade como um todo, entendida como o conjunto de indivíduos e instituições que não possuem vínculos diretos com a universidade, mas que, ainda assim, são afetados pelos impactos da instituição. Segundo McCowan (2020, p. 10), ocorre “[...] uma interação mais difusa de ideias, produtos e influências, mais difícil de mapear e atribuir”. Nesse estágio, o impacto universitário transcende a interação direta, assumindo formas simbólicas, comportamentais ou estruturais e influenciando desde os modos de pensar até os padrões institucionais.

Esse estágio é particularmente relevante para compreender efeitos de longo prazo e de difícil rastreamento, como a consolidação de determinados discursos sociais, o fortalecimento da cidadania crítica ou a mudança de valores normativos no espaço público. Além desses estágios, o autor destaca que o impacto das universidades pode se dar por diferentes canais, como pessoas,

ideias, produtos ou redes, pode ter intensidade variável, manifestar-se em diferentes escalas temporais e espaciais e seguir trajetórias diretas ou não lineares.

A proposta do autor rompe com modelos avaliativos simplificadores ao reconhecer que o impacto universitário não segue trajetórias lineares, previsíveis ou controláveis. Como alerta McCowan (2020, p. 9), “[...] não é fácil atribuir as mudanças observadas na sociedade externa diretamente à influência da universidade”. Essa dificuldade decorre das múltiplas influências e interações que participam da produção dos efeitos observados, tornando complexos o rastreamento e a atribuição desses efeitos a determinada ação universitária (McCowan, 2025). Desse modo, os resultados da avaliação constituem aproximações dos efeitos produzidos, e não demonstrações precisas de relações causais.

A operacionalização de processos avaliativos evidencia essa questão. Na construção e aplicação de um *framework* de avaliação do impacto social em uma aliança europeia de universidades, Corazza *et al.* (2024) observaram que diferentes atividades podem contribuir conjuntamente para um mesmo impacto e que determinados efeitos não podem ser atribuídos a uma atividade específica, inclusive quando decorrem de ações inicialmente não previstas.

Nessa direção, Lewis *et al.* (2025) argumentam que os caminhos do impacto raramente são lineares e propõem compreender a relação entre as ações educacionais e seus efeitos sociais em termos de contribuição, e não de atribuição causal. Essa perspectiva considera que os programas educacionais operam em sistemas mais amplos, nos quais diferentes fatores se articulam na produção dos impactos. Isso não inviabiliza a avaliação do impacto, mas exige mecanismos capazes de reconhecer sua complexidade, considerando que seus efeitos podem ocorrer por meio de pessoas, ideias ou produtos, em diferentes tempos, intensidades e escalas.

A agenda de impacto e seus perigos

Por fim, o autor identifica cinco perigos associados à consolidação da chamada agenda de impacto, que precisam ser cuidadosamente analisados para que práticas avaliativas não reproduzam reducionismos nem comprometam a função pública da universidade.

O primeiro é o da dimensão normativa, que diz respeito à suposição de que há consenso sobre o que constitui um impacto legítimo ou desejável. No entanto, “[...] o impacto é algo enraizado em valores e na política” (McCowan, 2018, p. 286, tradução própria). Desse modo, diferentes atores e contextos podem valorizar distintos tipos de impacto: para uns, pode ser a geração de receita; para outros, a promoção da justiça social ou o fortalecimento cultural. A decisão por cada um deles está associada ao valor, à função e às formas de interação da universidade com a sociedade. O perigo, portanto, está em naturalizar essas escolhas como neutras, quando, na verdade, são expressões de disputas morais e políticas, o que pode levar a um estreitamento da missão universitária, caso apenas certos tipos sejam reconhecidos e incentivados.

O segundo perigo reside na relação linear pressuposta entre universidade e sociedade. Em muitos modelos avaliativos, assume-se que o conhecimento é gerado no ambiente acadêmico e depois transferido para o mundo externo. Essa lógica sugere um fluxo unidirecional de dentro para fora: das salas de aula e dos laboratórios para os campos da política, da economia ou da cultura, ignorando a natureza multidirecional e interativa da produção e da circulação do saber. Em muitos contextos, a sociedade também é fonte de conhecimento relevante, e a universidade pode ser transformada por seus interlocutores externos.

McCowan (2018) recorre ao conceito de “contraextensão”, formulado por Boaventura de Sousa Santos (2005), para ilustrar essa possibilidade de que a sociedade também impacte a universidade, oferecendo saberes, experiências e práticas que devem ser reconhecidos e incorporados ao ambiente acadêmico. O perigo da relação linear está, por conseguinte, em reduzir o papel da universidade a uma posição de autoridade unívoca e transmissora, negligenciando os processos de cocriação e diálogo, essenciais para um impacto social mais legítimo, contextualizado e transformador.

O terceiro perigo da agenda de impacto refere-se à imprevisibilidade dos efeitos e ao atraso temporal, caracterizado pelo descompasso entre a ação universitária e seus resultados na sociedade. Diferentemente do que sugerem muitos modelos avaliativos, o impacto não é linear nem imediato, e seus efeitos podem levar anos ou até décadas para se manifestarem. Além disso, impactos diretos e indiretos não se confundem com impactos de curto e longo prazo, uma vez que suas trajetórias podem assumir diferentes temporalidades e permanecer imprevisíveis (McCowan, 2025). Essa incerteza não inviabiliza a construção de modelos analíticos, mas exige que sejam utilizados sem rigidez e de forma sensível aos diferentes contextos.

Para McCowan (2018), os impactos das atividades acadêmicas podem ser indiretos e imprevisíveis e manifestar-se em diferentes horizontes temporais. Essas características representam um problema em ambientes institucionais e políticos que exigem evidências rápidas, visíveis e quantificáveis de impacto, o que tende a favorecer projetos de curto prazo e comprometer investimentos em pesquisa básica ou de caráter exploratório. Nesse cenário, conhecimentos com maior potencial de transformação social no longo prazo podem ser negligenciados ou desvalorizados, simplesmente porque não produzem resultados mensuráveis em ciclos institucionais curtos. Além disso, o autor argumenta que a exigência por impacto imediato desconsidera a própria natureza da universidade, em que muitas contribuições se materializam na formação de sujeitos, na crítica social ou na criação de novos paradigmas, efeitos que, embora profundos, não são capturáveis em prazos curtos nem por meio de métricas padronizadas.

O quarto perigo diz respeito à mensuração do impacto. McCowan (2018) observa que, na busca por demonstrar os efeitos sociais da universidade, há uma tendência crescente de se recorrer a métricas padronizadas, que pretendem quantificar os resultados de forma objetiva e comparável. No entanto, ele argumenta que essa abordagem reduz a complexidade do impacto e favorece apenas certos tipos de resultados, como aqueles que são mais visíveis, diretos e de curto prazo. O autor destaca a dificuldade em atribuir resultados de forma linear a intervenções específicas, o que decorre do fato de que o impacto acadêmico geralmente envolve trajetórias indiretas, múltiplas causas e efeitos difusos, tornando arbitrária a tentativa de vincular uma ação específica a um desfecho mensurável.

Essa problemática também se evidencia quando modelos semelhantes de avaliação são aplicados em diferentes contextos. Williams e Lewis (2026), ao compararem sistemas nacionais de avaliação do impacto, demonstram que, apesar da padronização dos processos avaliativos, configurações políticas nacionais e contextos locais interferem na forma como o impacto social é construído e valorizado. Esses achados evidenciam os limites de uma compreensão universal e uniforme do que constitui impacto socialmente relevante. Ademais, ao priorizar o que pode ser contado, os modelos de avaliação acabam desvalorizando contribuições mais abstratas, como a formação crítica, a mudança de valores ou a transformação cultural, que são elementos essenciais, mas de difícil quantificação. Nesse sentido, os processos de mensuração podem se tornar instrumentos de controle institucional, afetando a liberdade de pesquisa e incentivando comportamentos estratégicos, como o direcionamento de projetos para áreas mais facilmente mensuráveis, em detrimento de investigações mais desafiadoras ou socialmente relevantes.

O quinto e último perigo apontado é o da instrumentalização do conhecimento, entendida como a tendência de subordinar o trabalho acadêmico a finalidades utilitárias, especialmente econômicas. Esse processo ocorre quando a universidade passa a ser valorizada apenas por sua capacidade de produzir efeitos mensuráveis e úteis, como geração de emprego, patentes ou crescimento econômico, negligenciando suas funções mais amplas e críticas. Nessa lógica, o conhecimento deixa de ser reconhecido como um bem intrinsecamente valioso e passa a ser tratado como meio para fins externos, enquanto a universidade perde sua autonomia e se transforma em uma organização orientada pela *performance*, moldada por pressões externas e demandas de mercado. McCowan (2018) enfatiza ainda que, embora o impacto social da universidade seja desejável e importante, ele não deve ser o único critério para a avaliação institucional nem justificar a erosão de sua missão crítica, reflexiva e emancipadora.

O Quadro 3 apresenta a síntese dos cinco perigos associados à agenda de impacto no Ensino Superior, conforme sistematizados por McCowan (2018), com base em suas formulações originais.

Quadro 3 – Síntese dos cinco perigos associados à agenda de impacto conforme McCowan (2018)

Perigo	Descrição
Dimensão normativa	O impacto é tratado como tecnicamente neutro, mas está enraizado em valores e disputas políticas. O que é considerado impacto positivo depende de visões de mundo conflitantes.
Relação linear	Pressupõe-se que o conhecimento flui da universidade para a sociedade, ignorando interações bidirecionais e cocriativas.
Imprevisibilidade	Impactos significativos são muitas vezes não planejados, indiretos ou de longo prazo. A exigência por resultados imediatos compromete pesquisas transformadoras.
Mensuração	A mensuração favorece o que é visível e quantificável, negligenciando processos reflexivos e simbólicos. Relações causais diretas são difíceis de estabelecer.
Instrumentalização	O conhecimento é subordinado a finalidades utilitárias e mercadológicas, ameaçando a autonomia acadêmica e a vocação crítica da universidade.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em McCowan (2018).

Os riscos explorados acima não implicam uma negação da necessidade de avaliar o impacto universitário, mas alertam para o fato de que essa avaliação precisa ser crítica e fundamentada nas perguntas: Impacto para quem, com base em quais critérios e em direção a quê? Sem essa revisão crítica, a própria lógica de impacto pode enfraquecer os compromissos éticos, públicos e transformadores da universidade.

Considerações finais

A crescente mobilização em torno da ideia de impacto universitário tem produzido efeitos significativos nas formas como as Instituições de Ensino Superior se organizam, se justificam e são avaliadas. No entanto, conforme discutido ao longo deste artigo, os modelos tradicionais de avaliação frequentemente reduzem o impacto a indicadores quantitativos, lineares e de curto prazo, ignorando a complexidade dos processos formativos, das interações sociais e das temporalidades institucionais.

Com fundamento nos estudos de Tristan McCowan, argumentou-se que o impacto não é uma questão neutra ou técnica, mas um fenômeno normativo, relacional e situado, o qual envolve escolhas políticas sobre o que se considera desejável e valioso na atuação universitária. A análise crítica da chamada “agenda de impacto” permitiu evidenciar os riscos de sua apropriação tecnocrática, como a normatização do que conta como impacto, a linearidade causal entre ação e efeito, a ênfase na mensurabilidade e a instrumentalização do conhecimento. Em resposta a esses

riscos, defendeu-se a importância de abordagens mais amplas e éticas, que reconheçam os múltiplos sentidos do impacto e valorizem a diversidade de funções e modos de atuação das universidades.

Para tanto, recuperou-se a anatomia institucional proposta por Tristan McCowan, composta pelas modalidades de ação universitária – educação, produção de conhecimento, prestação de serviços, debate público e operação do *campus* – e pelas funções expressiva e projetiva, que conferem densidade ao papel social da universidade. Além disso, observou-se que as três dimensões analíticas – valor, função e interação –, quando inter-relacionadas, ajudam a compreender como a universidade estrutura suas práticas e se conecta à sociedade. Também se discutiram as etapas do impacto, da ação interna à disseminação social. Essa compreensão em camadas reforça a importância de abordagens avaliativas que considerem os fluxos envolvidos no processo. Esse percurso teórico permitiu articular uma visão mais robusta e relacional do impacto universitário, que foge das respostas padronizadas e considera o contexto, os sujeitos e os processos envolvidos.

Como desdobramento desse percurso, foi elaborado um *design* do *framework* de avaliação de impacto da universidade na sociedade a partir da proposta do autor, como forma de agregar seus estudos, divulgados em diferentes momentos e fontes. Trata-se de uma proposta aberta e adaptável, que organiza categorias e dimensões institucionais em um quadro-síntese, visando apoiar práticas avaliativas críticas, contextualizadas e comprometidas com a missão pública da universidade. Ao sistematizar essas ideias em um modelo integrado, espera-se disseminar a abordagem crítica de McCowan, contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre o papel transformador da universidade, bem como fomentar políticas e processos avaliativos mais coerentes com os desafios sociais contemporâneos.

Referências

- BALL, S. J. **Global Education Inc.:** new policy networks and the neoliberal imaginary. London: Routledge, 2012.
- BALL, S. J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
- CORAZZA, L.; MARENGO, F.; TORCHIA, D.; SARGIACOMO, M. Developing a societal impact evaluation framework for sustainable European University Alliances. **Scientific Reports**, London, v. 14, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-024-63933-9>
- DAGNINO, R. **Tecnologia social:** contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788578793272>
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEHER, R.; VITTÓRIA, P.; MOTTA, V. C. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21792>
- LEWIS, A.; KLIGYTE, G.; MELVOLD, J.; SALIGNAC, F. Future-oriented capabilities impact framework: measuring transdisciplinary higher education programmes' contribution to societal transitions. **Higher Education Research & Development**, Abingdon, v. 44, n. 6, p. 1497-1511, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/07294360.2025.2514511>

MCCOWAN, T. Universities and the post-2015 development agenda: an analytical framework. **Higher Education**, Dordrecht, v. 72, n. 4, p. 505-523, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-016-0035-7>

MCCOWAN, T. Higher education, unbundling, and the end of the university as we know it. **Oxford Review of Education**, Oxford, v. 43, n. 6, p. 733-748, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/03054985.2017.1343712>

MCCOWAN, T. Five perils of the impact agenda in higher education. **London Review of Education**, London, v. 16, n. 2, p. 279-295, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18546/LRE.16.2.08>

MCCOWAN, T. **O impacto das universidades nas mudanças climáticas**: um enquadramento teórico. Transformando universidades para um clima em mudança. Tradução: Gabriela Rodrigues e Luciana Brandli. Londres: Climate-U, Instituto de Educação, UCL, 2020. (Série de Documentos de Trabalho, n. 1). Disponível em: https://www.climate-uni.com/_files/ugd/f81108_84416a7c3b5f41e59b051f22171170ed.pdf. Acesso em: 27 set. 2026.

MCCOWAN, T. **Universities and climate action**. London: UCL Press, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14324/111.9781800088290>

OKETCH, M.; MCCOWAN, T.; SCHENDEL, R. **The impact of tertiary education on development**. London: Department for International Development, 2014. (Education Rigorous Literature Review). Disponível em: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5a74a36f40f0b61df4777424/Tertiary-education-2014-Oketch2.pdf>. Acesso em: 27 set. 2026.

OLIVEIRA, T.; STECANELA, N.; BOUFLEUER, J. P. A dimensão formativa do processo de avaliação da pós-graduação: considerações sobre o novo modelo de avaliação da Capes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, e273292, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.273292>

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

STECANELA, N.; HOSTINS, R. C. L. Identization of an original university model: community institutions of higher education of Southern Brazil. **Philosophy and Theory in Higher Education**, New York, v. 4, n. 1, p. 47-66, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3726/PTIHE.012022.0003>

WILLIAMS, K.; LEWIS, J. M. Context is everything: national variation in societal impact assessment. **Higher Education**, Dordrecht, v. 92, p. 469-494, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-025-01543-8>

Recebido em 01/07/2026

Versão corrigida recebida em 20/09/2026

Aceito em 22/09/2026

Publicado online 22/10/2026